

A GEOPOLÍTICA EM SALA DE AULA: NÃO SOMENTE TEMA, MAS TAMBÉM FERRAMENTA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA ESCOLAR?

GEOPOLITICS IN THE CLASSROOM: NOT JUST A THEME, BUT ALSO AN ANALYSIS TOOL OF THE GEOGRAPHY AT SCHOOL?

EDUARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Graduado e Mestre em Geografia/UFRJ

Doutorando em Antropologia/UFF

Graduando em Segurança Pública/UFF

Professor de Geografia do Colégio Pedro II (Campus Realengo II)

eorodrigues@gmail.com

RESUMO: O PRESENTE ARTIGO OBJETIVA REFLETIR SOBRE POSSÍVEIS USOS DA GEOPOLÍTICA NÃO SOMENTE ENQUANTO TEMA VISTO NA ESCOLA DURANTE AS AULAS DE GEOGRAFIA, MAS SIM ENQUANTO FERRAMENTA DE ANÁLISE SOBRE OUTROS CONTEÚDOS. PARA ISSO, ELE SE DIVIDE EM TRÊS PARTES: UMA INTRODUÇÃO SOBRE O PROBLEMA PROPOSTO, SEGUIDO DE UM PEQUENO DEBATE TEÓRICO E, POR FIM, UM RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA SOBRE "GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES" ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA.

PALAVRAS-CHAVE: GEOPOLÍTICA; GEOGRAFIA ESCOLAR; GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES; SEGREGAÇÃO.

ABSTRACT: THIS ARTICLE AIMS TO REFLECT ON POSSIBLE USES OF GEOPOLITICS NOT ONLY AS A THEME SEEN IN SCHOOL DURING GEOGRAPHY CLASSES, BUT AS A TOOL FOR ANALYZING OTHER GEOGRAPHICAL CONTENTS. IT IS DIVIDED INTO THREE PARTS: AN INTRODUCTION TO THE PROPOSED PROBLEM, FOLLOWED BY A SMALL THEORETICAL DEBATE AND, LASTLY, A REPORT ON A PEDAGOGICAL PRACTICE OF "GEOGRAPHY OF TRANSPORT SYSTEMS" THROUGH A GEOPOLITICAL APPROACH.

KEYWORDS: GEOPOLITICS; SCHOOL GEOGRAPHY; GEOGRAPHY OF TRANSPORT SYSTEMS; URBAN SEGREGATION.

INTRODUÇÃO

A palavra Geopolítica é de uso comum no âmbito da geografia escolar. Seu significado é múltiplo em nossas práticas pedagógicas cotidianas. Ela pode descrever uma série de fenômenos do mundo contemporâneo como disputas fronteiriças entre países, a estrutura financeira global, resultados de eleições nacionais que tenham impacto na conjuntura política do mundo, fenômenos como “terrorismo” ou o tráfico internacional de drogas, questões ambientais, entre tantos outros fenômenos. O que é comum dentro desta gama de diferentes significados é a tomada da escala nacional enquanto recorte privilegiado a partir do qual problematizamos tais temas. É através do Estado-Nação que a Geopolítica aparece tradicionalmente nos manuais acadêmicos que tratam do problema, bem como, de maneira semelhante, nos livros didáticos e nos conteúdos a serem trabalhados em nosso cotidiano na escola. Não é à toa que, particularmente no Ensino Médio, uma considerável parte dos livros didáticos disponíveis no mercado siga este formato: um dos volumes das coleções é reservado para o debate sobre “mundo”, onde a Geopolítica ganha forma através da articulação de diferentes temas a partir da figura do Estado.

Todavia, já há algum tempo uma série de temas caros ao horizonte da Geografia Escolar transbordam os limites das fronteiras nacionais. Desde pelo menos os anos 1990, notadamente pela introdução de uma série de questões ligadas ao grande tema “Globalização”, alguns conteúdos importantes como “Migrações Internacionais”, “Conflitos Regionais”, “Blocos Econômicos”, “Reestruturação Produtiva”, “Questão Ambiental”, entre tantos outros apontam para esta direção. Mas, se por um lado, uma série de fenômenos que animam a geopolítica dos Estados se operam, até certo ponto, numa escala supranacional, este mesmo processo ganha forma também numa espécie de “geopolítica interna”, ou seja, através de processos de redefinição de relações de poder e territórios dentro do que costumamos chamar de “escala local” (sem perder de vista, obviamente, a relação que tais fenômenos possuem com outras escalas

de análise). Esta geopolítica “para dentro” ainda é absolutamente marginal no campo de estudos da Geografia em âmbito acadêmico, e isto reflete, em certo sentido, na sua ausência nos conteúdos mínimos a serem trabalhados em sala de aula por parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (para não falarmos, neste sentido, na atual construção da Base Nacional Comum Curricular)¹.

Diante disso, o presente relato objetiva suscitar uma pequena reflexão acerca das possibilidades de uma forma diferente de trabalhar a geopolítica em sala de aula. Parto do seguinte problema: *seria possível tomar a geopolítica não somente enquanto tema já tradicional do ensino da Geografia Escolar brasileira, mas também enquanto ferramenta de análise sobre diferentes conteúdos dessa mesma Geografia Escolar?* Para responder a pergunta, o presente texto será dividido em três partes, para além desta introdução. Primeiramente, o texto propõe um pequeno debate teórico sobre a Geopolítica para além das escalas tradicionalmente trabalhadas por ela. Na segunda parte, procuro trazer um breve exemplo de possível abordagem geopolítica sobre um tema da Geografia Escolar que trabalhei em sala de aula no último biênio: a “geografia dos transportes”. Por fim, o relato se encerra com algumas considerações finais. Gostaria de agradecer, antes de passarmos para próxima seção, aos professores e licenciandos de Geografia que participaram do curso de extensão “Novas Geografias Escolares: temas e práticas” oferecido pela equipe de Geografia do Colégio Pedro II – Campus Realengo II, ao longo do ano de 2017. As reflexões do presente relato, apesar de serem baseadas na prática docente e nos interesses de pesquisa do autor, foram aprofundadas a partir dos diálogos com os participantes do curso, que teve como eixo norteador de um dos seus encontros a problemática do presente texto.

REPENSANDO A GEOPOLÍTICA PARA ALÉM DA ESCALA DO ESTADO-NAÇÃO

A *Geopolítica* não é uma ciência. Sua constituição enquanto campo de saber possui um caráter fundamentalmente instrumental. Para

Costa (1992), a Geopolítica se interessa, fundamentalmente, pela intervenção prática sobre o espaço em prol da garantia do exercício de algum poder sobre ele. Dentro de uma perspectiva “arqueológica” (FOUCAULT, 2008b), a Geopolítica é um campo de saber que compreende práticas, processos, instituições mas, principalmente, *formações discursivas* que dão a ela certa regularidade e, conseqüentemente, delimitam sua especificidade perante outros campos do conhecimento. O seu surgimento remonta à passagem do século XIX para o XX, a partir dos estudos do jurista, geógrafo e cientista político sueco Rudolf Kjellen. Inicialmente, o termo Geopolítica, como aponta Defruges (1994), foi empregado para designar o “fenômeno do Estado” e sua espacialidade, ou seja, ele era utilizado principalmente no estudo das relações que um Estado-nação mantinha com os demais. Num momento no qual a Europa passava por um profundo processo de redefinição de suas fronteiras – com a unificação política de alguns países, fim de impérios, assim como o surgimento de novos Estados, o termo logo transformou-se num campo de estudo cujo principal interesse repousava sobre os conflitos territoriais entre países. Poder-se-ia dizer, em outras palavras, que a Geopolítica surgiu originalmente à sombra das necessidades e interesses dos Estados na época. Tal fato deriva do espraiamento dos movimentos nacionais pela Europa no final do século XIX. Cada país foi obrigado a justificar sua política externa perante seus cidadãos, através da construção de um discurso particular que enredasse elementos em prol da defesa nacional contra “projetos ameaçadores de poderes adversos” – ou, caso o leitor queira, contra “projetos ameaçadores de inimigos externos da pátria” (LACOSTE, 2008, p. 18). Tais discursos, é importante perceber, tomavam o estrangeiro enquanto o *Outro* a ser vencido, ou seja, o “inimigo” entrincheirado do lado de lá da fronteira.

Ao escavar os enunciados que tradicionalmente sustentaram as práticas discursivas da Geopolítica, é possível identificar três ideias correlatas que empregam certa regularidade e dão especificidade a tal campo do saber. Faço referência aqui às ideias de *nação*, *território* e “*inimigo*”. A publicação da *Politische Geographie* ratzeliana em 1897 foi um marco

neste processo, uma vez que a obra pavimentava caminho para a passagem de toda uma linhagem de geógrafos preocupados em instrumentalizar a Geopolítica em prol dos interesses dos seus próprios Estados. Diversas teorias foram desenvolvidas neste sentido – como o *heartland* do geógrafo inglês Halford John Mackinder, ou ainda o *rimland* do holandês radicado nos EUA Nicholas Spykman. A própria escola alemã, encabeçada nos anos 1930 e 1940 pelo general Karl Haushofer, radicalizou a instrumentalização dessas três ideias ao encarar a anexação e o domínio territorial alemão como uma necessidade política de sobrevivência para o país. A ideia de um “solo cultural alemão”, assim como a formação de um grande império, capaz de englobar os alemães de dentro e fora das suas fronteiras nacionais, justificaram uma série de manobras militares nazistas durante a 2ª Guerra como a *Anschluss* com a Áustria em 1938, a posterior invasão e anexação dos sudetos tcheco-eslovacos, ou ainda a brutal ocupação da Polônia – um Estado “tampão” na visão da Alemanha.

Todavia, Agnew (2003) argumenta que o término da guerra e o fim da escola alemã colocaram a Geopolítica num longo ostracismo. Somente nas últimas décadas ela foi retomada, a partir de um alargamento considerável quanto ao horizonte analítico que a abordagem tinha inicialmente. Para o autor, a Geopolítica hoje pode ser usada para descrever também uma série de fenômenos do mundo contemporâneo como disputas fronteiriças entre países, a estrutura financeira global, resultados de eleições nacionais que tenham impacto na conjuntura política do mundo, etc. A atual polissemia de significados, contudo, é vista com muitas ressalvas por Wallerstein (1991), uma vez que ela teria tornado imprecisa a capacidade analítica do termo quanto à explicação dos fenômenos.

Seja como for, se retornarmos ao recorte “arqueológico” da Geopolítica enquanto um campo de saber (FOUCAULT, 2008b), seu estudo ainda é revelador de uma série de práticas, processos, instituições, técnicas e discursos ligados à dinâmica política do espaço. Um dos pontos positivos da retomada do conceito diz respeito ao fim das amarras que o prendiam à escala do Estado-nação, dada sua redefinição (e não o seu fim) face a novos desafios

de diferentes ordens. A Geopolítica hoje, assim como o conceito de território, não significam mais necessariamente o estudo de relações de poder de um determinado Estado projetadas sobre o espaço – ou melhor, sobre o seu território nacional. Ela ainda continua a ser empregada em grande medida para o estudo ligado a sua faceta *externa*, ou seja, na análise das relações de poder entre países, instituições globais, corporações transnacionais, etc., em escala mundial. Qualquer manual deixa claro que esta é a abordagem privilegiada pela maioria dos estudos. Mas, devido à emergência de uma série de novos atores e problemáticas que cada vez mais desafiam a soberania dos Estados-nação (conflitos étnicos e/ou separatistas no interior dos países, a criminalidade ordinária urbana, conflitos por recursos naturais, conflitos agrários, o tráfico de drogas e de armas em suas múltiplas escalas, “terrorismo”, entre outros), hoje é possível falarmos também de uma dimensão *interna* da Geopolítica, uma vez que a resposta para muitas questões do mundo contemporâneo exigem análises para além daquela atrelada à escala nacional. As seguintes palavras de Lacoste (2008, p. 8) captam muito bem a exigência de uma certa “flexibilização” da abordagem, sem que isso signifique, ao mesmo tempo, abrir mão dela. Para o autor, a Geopolítica atualmente conforma:

(...) tudo aquilo que diz respeito às rivalidades de poder ou de influências sobre territórios e as populações que neles vivem: rivalidades entre poderes políticos de todo tipo – e não somente entre Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos –, rivalidades pelo controle ou pela dominação de territórios de grande ou pequeno porte. Os raciocínios geopolíticos nos ajudam a compreender melhor as causas de qualquer conflito, dentro de um país ou entre Estados, como também a considerar o que pode ser, ao contrário, as consequências dessas lutas dentro de países mais ou menos distantes e talvez mesmo em outras partes do mundo. (grifos meus, tradução livre)

Tal flexibilização é bem compreendida por alguns autores, como na análise de diferentes tensio-

namentos sócio-espaciais urbanos inscritos ao longo da obra de Souza (2000, 2008, 2011). No caso da geopolítica urbana, o autor nos explica que ela não diz respeito somente ao fato das cidades serem hoje o principal lócus de disputas que articulam processos complexos de redefinição de papéis e posições ligados aos processos de militarização e paramilitarização dos conflitos urbanos (SOUZA, 2008). A problemática possui também, por sua vez, uma dimensão também externa, dado o caráter supralocal que os tensionamentos locais crescentemente assumem, como aqueles ligados ao tráfico de drogas de varejo e o “terrorismo” (SOUZA, 2000, p. 95 e segs). Perceber a articulação entre diferentes escalas, como aponta o autor, faz parte de um exercício de imaginação geográfica fundamental na compreensão das diferentes dimensões que a Geopolítica possui – assim como na sua articulação.

Como apontado anteriormente, a Geopolítica esteve tradicionalmente ligada a três ideias que a conformaram enquanto saber instrumental em prol do exercício do poder sobre o espaço. As ideias de “nação”, “território” e de um “inimigo” exterior às fronteiras nacionais marcaram certa regularidade na construção de discursos que procuravam, sobretudo, legitimar o poder do Estado-nação sobre determinado território. Na atualidade, tais ideias não desapareceram, mas uma série de novos desafios e tensionamentos obrigam a uma requalificação dos termos, em especial se pensarmos nas múltiplas escalas que diferentes conflitos assumem no mundo contemporâneo. Se antes as ideias de *nação* (que pressupunha um conjunto relativamente homogêneo de cidadãos), *território* (visto como território nacional) e *“inimigo”* (externo às fronteiras nacionais) davam certa regularidade e especificidade à geopolítica tradicional, na sua dimensão interna as ideias são outras. Mesmo ainda vislumbrada enquanto um exercício de apropriação política do espaço, a Geopolítica agora sugere a articulação instrumental de ideias como a de: *população*, vista enquanto conjunto heterogêneo de indivíduos sob um viés de controle biopolítico (FOUCAULT, 2008^a); *território*, tomado em outras escalas além da “nacional”, delimitado por lógicas espaciais não só zonais, mas principalmente reticulares, como aponta Haesbaert, (2014); e “inimigo”, interno às fronteiras

nacionais, difuso, não claramente definido como antes². É importante perceber que o alargamento analítico da Geopolítica debatido aqui não exclui seus fundamentos ligados à figura do Estado e suas escalas de ação. Mas hoje, não nos parece mais suficiente, sobretudo na escola, subestimar a potência do pensamento geopolítico enquanto um conjunto de conteúdos já cristalizado no horizonte dos currículos da Geografia Escolar. A Geopolítica possui *diferentes* dimensões, e é preciso direcionar nosso olhar para este problema. É neste sentido que a proposta do presente texto ganha forma: *a tomada da geopolítica principalmente enquanto possível instrumento de análise de diferentes temas da Geografia Escolar balizados pelas relações entre espaço e poder.*

A GEOPOLÍTICA EM SALA DE AULA: NÃO SÓ TEMA, MAS TAMBÉM FERRAMENTA DE ANÁLISE

Ao longo dos últimos dois anos, lecionei aulas na 3ª série do Ensino Médio do Colégio Pedro II, no bairro de Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente da maioria das escolas, o Pedro II adota um currículo de Geografia distinto neste segmento, ao “inverter” o 2º e o 3º ano: ao invés de estudos de “mundo” e “Globalização”, os estudantes tem contato, no último ano da escola, com uma série de estudos ligados a “Brasil”. Neste contexto, faço aqui a descrição de um dos conteúdos que procurei trabalhar sob uma abordagem também geopolítica, através da articulação das ideias de “população”, “território” e “inimigo interno” brevemente apresentadas na seção anterior. Nesta tentativa de construir uma geopolítica “para dentro”, o grande tema “geografia dos transportes” apareceu como o recorte privilegiado da prática aqui exposta, notadamente na escala local de análise. Obviamente, tanto outros conteúdos quanto outros temas poderiam compor esta parte sem maiores dificuldades, mas tal recorte foi necessário dado os limites de um breve relato pedagógico no formato deste artigo.

O tema dos “transportes” é tradicionalmente tomado pela abordagem da “logística” do espaço em sala de aula. Em outras palavras, procura-se compreender a geografia dos meios de transporte como elemento fundamental na organização do

espaço através das redes de transporte de cargas e pessoas em múltiplas escalas. Nesta perspectiva, fazem parte do corolário de questões abordadas o estudo das diferentes características dos modais de transporte, a relação “custo X distância”, o papel de tais redes dentro do processo de Globalização, os impactos ambientais associados a cada modal, etc. Para além destas questões, o que procurei debater junto aos estudantes foi não somente a dimensão logístico-econômica de tais redes, mas principalmente a dimensão geopolítica dos modais, em especial quanto a sua organização dentro do espaço urbano, na sua articulação com o tema da segregação residencial.

Dentro de uma aula de 2 tempos de 45 minutos, procurei inicialmente trabalhar tal problemática a partir da exposição de dois pequenos vídeos, que continham duas narrativas diferentes sobre o tema dos transportes no Rio de Janeiro: o anúncio, por parte da prefeitura da cidade, do implemento do chamado “Bus Rapid System” (BRS) – sistema de faixas seletivas para ônibus implementados na capital fluminense como parte da reorganização das linhas de ônibus para os Jogos Olímpicos de 2016³; uma matéria sobre a “Operação Verão” empreendida pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que compreendeu ações para coibir “arrastões” na orla das praias da Zona Sul carioca, inclusive com a realização de *blitz* nas rotas dos ônibus que ligam os subúrbios à orla da área nobre da cidade. A partir dessas duas narrativas, foi contextualizado o papel do projeto BRS como peça importante e possível “legado” dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como as razões que levaram o governo do estado a realizar as regulares “operações verão” durante a estação de maior circulação de pessoas na Zona Sul da urbe desde 2015. O objetivo fundamental da aula foi contribuir na construção de um olhar crítico por parte dos estudantes sobre a dimensão também geopolítica dos transportes. Todo o debate é assim direcionado sobre o papel que os transportes possuem enquanto ferramenta no direcionamento dos fluxos e na acessibilidade das pessoas a determinados territórios da cidade, em especial para alguns segmentos da população urbana localizados em subúrbios pobres e favelas.

Na construção deste olhar, a relação entre o sistema BRS e as *blitz* da polícia são tomados como ponto inicial do debate. Foge dos limites deste artigo uma análise pormenorizada de ambos, mas a questão central a ser retida é perceber como o redirecionamento dos itinerários dos ônibus acabou por, simultaneamente, dificultar o acesso à Zona Sul da cidade a partir de alguns bairros suburbanos, como também favorecer a ação da polícia no controle dos jovens oriundos de tais áreas. O sistema BRS não só centralizou dentro de um mesmo tronco viário os ônibus que conectam os subúrbios às praias, como também informa de antemão os pontos de embarque e paragem dos passageiros durante todo o itinerário pelos corredores exclusivos. O exemplo inicial serve também para apresentar aos estudantes as três categorias analíticas propostas na primeira parte deste artigo. É na articulação entre “população”, “território” e “inimigo interno” que esta geopolítica urbana toma forma, inclusive enquanto *discurso* de poder sobre o espaço. Uma fala proferida pelo ex-secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro – José Mariano Beltrame – é tomada como recorte da proposta aqui debatida. A partir da sua exposição, o desafio passa a ser identificar e debater junto aos estudantes como a articulação dessas três categorias se transforma num exercício político permanente de intervenção no espaço, inclusive através do seu desdobramento sobre os modais de transportes:

[Durante a abordagem] não está em questão a questão racial, ou se ela [a pessoa abordada] vai cometer um delito. A palavra que fundamenta a abordagem da polícia chama-se vulnerabilidade. Eu pergunto para essas pessoas: como que o jovem sai, por exemplo, de Nova Iguaçu, a 30 km da praia, só com a bermuda e sem R\$ 1 no bolso para comer, beber, pagar um transporte e vai ficar no calorão que está fazendo. Não se trata de ser pobre ou rico, se trata de vulnerabilidade (grifos meus)⁴.

O discurso da “vulnerabilidade” reúne uma série de elementos simbólicos lapidares que procuram legitimar certas ações de controle biopo-

lítico, a exemplo das revistas e até detenções de jovens que tomam as praias como áreas de lazer nos finais de semana. O “vulnerável” está inscrito em certos territórios, assim como em certos segmentos da população carioca. O “vulnerável” não só está como é, antes de tudo, não um ente passivo que vive um contexto de insegurança social, mas sim um ente ativo que, em si, contribui para o quadro de insegurança e medo experimentado pelas elites e pela classe média carioca. Ele é, neste sentido, tomado enquanto “inimigo” a ser neutralizado não somente por um sistema de transportes cuja racionalidade tem caráter defensivo e desagregador, como também pela ação direta da própria polícia. O uso de imagens da “Operação Verão” empreendida pela PMERJ é outra estratégia que auxilia na construção deste olhar geopolítico sobre a geografia dos transportes:



Figura 1 | Policiais revistam jovens que estariam a caminho da praia (setembro 2015)

Fonte: **O Dia**, 19 jan. 2015⁵.

A partir da identificação das categorias propostas, a ideia é seguir o debate através de outros exemplos agora tomados do cotidiano dos estudantes. Por se tratar de uma escola localizada a mais de 40 quilômetros do centro da cidade, o público é formado majoritariamente por jovens suburbanos, o que contribuiu para a prática nos moldes trabalhados. Na segunda parte da aula, os

estudantes são separados em grupos e estimulados a refletir sobre como as redes dos diferentes modais de transportes funcionam como facilitadores/limitadores no acesso aos equipamentos urbanos presentes no Rio de Janeiro como cinemas, museus, *shopping centers*, parques, etc. A construção das narrativas dos grupos são depois expostas e comparadas entre si, de maneira a identificar os elementos em comum entre elas através das categorias apresentadas no início do encontro. O olhar crítico sobre os modais de transportes objetiva também, sobretudo, inserir o estudante suburbano como participante ativo desta geopolítica urbana, uma vez que seus deslocamentos e suas práticas espaciais não são somente objeto passivo do controle, mas também possíveis estratégias de resistência a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve relato procurou apresentar uma possível forma de como a Geopolítica pode ser tomada não somente enquanto tema a ser trabalhado em sala de aula, mas, também, enquanto ferramenta de análise de outros temas. Os “transportes” foram apenas um exemplo entre tantos outros possíveis de como debates tradicionais do nosso cotidiano escolar possuem também uma dimensão geopolítica que, muitas vezes, acaba por ficar em segundo plano em nossas práticas, sobretudo quando a escala local aparece como recorte preferencial de análise. Repensar a Geopolítica é, neste sentido, trazê-la também para o chão

da sala de aula, em especial através de um olhar que vai ao encontro daquilo que sempre animou os interesses de todo pensamento geopolítico desde o seu surgimento: as relações entre poder e espaço.

NOTAS

¹ Alguns trabalhos importantes na Geografia brasileira que abordam a geopolítica numa escala local, especialmente na sua dimensão urbana, são Gomes (2010) e Souza (2000, 2008, 2011 e 2015), embora os autores partam de abordagens teóricas muito diferentes. Em âmbito internacional, o crescente volume de trabalhos que englobam novas geografias “do terror”, da “violência” e da “segurança” tomam também as cidades como novo campo de desdobramentos da geopolítica, a exemplo dos artigos reunidos nos livros organizados por Ingram & Doods (2009), Graham (2010) e no trabalho de Philo (2012).

² Foge aos propósitos do presente trabalho um debate teórico mais exaustivo sobre o tema. Para uma versão mais aprofundada do debate, em especial no tocante à geopolítica na sua dimensão urbana, ver outro artigo do autor (RODRIGUES, 2018).

³ O sistema BRS compreendeu uma mudança substancial nos itinerários de diferentes ônibus do Rio de Janeiro a partir de 2015. Grosso modo, a cidade foi dividida em 5 regiões (BRS 1, 2, 3, 4 e 5), através da operação de diferentes empresas consorciadas responsáveis pela operação das linhas rodoviárias da cidade. Entre essas regiões, foram criados corredores exclusivos nas principais vias de circulação para os ônibus, de maneira a dar maior fluidez ao trânsito com o fim da sobreposição de rotas e a reorganização do sistema de “paradas”, já que dentro dos corredores cada ponto é designado especificamente para um ou mais ônibus pertencentes a cada BRS.

⁴ ‘Beltrame afirma que a polícia está ‘constrangida’ para coibir arrastões’. **G1**, 21 set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/beltrame-afirma-que-policia-esta-constrangida-para-coibir-arrastoes.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

⁵ ‘Na Zona Sul, tudo tranquilo. Na Norte, tiros e muito medo’. **O Dia**, 19 jan. 2015. <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-18/na-zona-sul-tudo-tranquilo-na-norte-tiros-e-muito-medo.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. **Geopolitics: re-visioning world politics**. New York: Routledge, 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DEFRAGES, Philippe Moreau. **Introuction à la géopolitique**. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008b.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, War, and Terrorism**: Towards an Urban Geopolitics. Malden: Blackwell, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INGRAM, A. & DOODS, K. (Org.). **Spaces of security and insecurity**: geographies of war on terror. Aldershot: Ashgate, 2009.

LACOSTE, Yves. **Geopolitiqué**: la longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2008.

PHILO, C. Security of Geography/Geography of Security. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 1, p. 1-7, 2012.

RODRIGUES, Eduardo de O. Por uma geopolítica urbana nas margens do Estado: algumas notas preliminares. In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo (Org.). **Geografia da Violência**: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: UEPA / UFPA (no prelo).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **A geopolítica urbana da "guerra à criminalidade"**: a militarização da questão urbana e suas várias possíveis implicações. Mimeo, 2011.

_____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Unthinking Social Science**. The Limits of Nineteenth-Century Paradigms. Cambridge, UK: Polity Press, 1991. 286p.